

A ESCOLARIZAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES E SEUS DESCENDENTES NO NÚCLEO COLONIAL DE REGISTRO/SP (1913-1938)

SELMA DE ARAUJO TORRES OMURO *

I - Introdução

A pesquisa aqui apresentada encontra-se em fase de elaboração e se insere no campo da História da Educação. Considera-se relevante a ampliação desta área de estudo, que na tradição acadêmica brasileira esteve mais atrelada aos estudos pedagógicos e filosóficos, carecendo de uma abordagem propriamente historiográfica.

O tema investigado é o processo de escolarização dos imigrantes japoneses que se instalaram na cidade de Registro, na região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo, no ano de 1913. Tal processo se insere no contexto mais amplo da história da educação brasileira: a expansão da educação primária no Brasil republicano e, em especial, a nacionalização do ensino durante o Estado Novo e a consolidação escola pública nos anos posteriores. A pesquisa tem como objetivos: 1) conhecer a organização, o funcionamento e os objetivos das escolas japonesas que foram criadas na região e proibidas em 1938; 2) analisar o impacto do fechamento dessas escolas no processo de integração da comunidade japonesa na cultura local e nacional; 3) contribuir para as discussões referentes à construção de uma cultura de tolerância, respeito e valorização das diferenças culturais que caracterizam a sociedade brasileira.

A expansão escola pública foi um dos símbolos do regime republicano. Ela foi considerada um dos meios mais importantes para se criar a identidade nacional e formar o cidadão ideal para a nova forma de governo que se instalava no Brasil. Entretanto essa “missão” era bastante complexa em um país de dimensões continentais e de formação populacional tão diversa. A questão da identidade nacional foi um problema para a intelectualidade brasileira nos anos iniciais da República. Como construir um país moderno e progressista tendo como base uma população mestiça, com grande presença de índios, negros e a crescente chegada de imigrantes estrangeiros. A eugenia marcou fortemente o processo de expansão da escola pública brasileira.

O ponto crucial desse processo foi a proibição do funcionamento das escolas estrangeiras no Brasil em 1938, por meio do Decreto nº 3.010 de 1938. O Brasil vivia então um momento importante de sua história, no qual o governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas estabelecia grandes mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. O Estado Novo concentrava poderes para acelerar o processo de industrialização do país, mudar as bases das relações entre patrões e empregados, diminuir o poder das elites regionais e consolidar uma identidade nacional que fosse a base para a atuação transformadora de um

* Instituição: PUC-SP, Título: Doutoranda, Agência financiadora: CAPES

governo forte e autoritário. É exatamente em relação a esse último aspecto que a escolarização dos imigrantes torna-se relevante.

No caso da escolarização dos imigrantes japoneses observa-se que os preconceitos relacionados com as questões raciais foram associados às questões políticas que envolviam o expansionismo do Império Japonês no início do século XX. Takeuchi (2002 e 2008), Carneiro e Takeuchi (2010) e Shizuno (2010) caracterizaram ampla circulação que o mito do “perigo amarelo” alcançou nos meios de comunicação de massa e nos debates acadêmicos e políticos do Brasil nos anos 1920, 1930 e 1940. Além de serem considerados pertencentes a uma raça inferior, os japoneses eram vistos como elementos não miscigenáveis e agentes do imperialismo japonês no Brasil.

A versão mais recorrente era que os nipônicos pretendiam construir no país “hospedeiro” um posto avançado do Império do Sol Nascente. A suposta inferioridade racial não foi substituída, mas colocada em segundo plano pelo estigma da baixa solubilidade na sociedade majoritária. O esforço da colônia japonesa em se manter coesa em torno de seus valores culturais foi interpretado como prova de que os “súditos do Mikado” formavam um corpo estranho ao organismo nacional. (Takeuchi, 2008:85)

Dentro desse quadro de crescente xenofobismo se inicia no Brasil uma política de restrição aos imigrantes japoneses que se iniciou em 1934, com a Lei de Cotas, que procurava diminuir a entrada de imigrantes nipônicos no Brasil e que chegou a medidas mais graves como o fechamento das escolas, a proibição da língua, a expulsão das áreas portuárias, controle da locomoção e outras formas de violência contra esse e outros grupos de origem estrangeira.

No caso específico das escolas japonesas, os estudos preliminares do tema mostravam, em diferentes fontes, duas visões opostas: de um lado, a visão dos órgãos de repressão do governo (DEOPS), apresentada por Takeuchi (2002 e 2008) e Shizuno (2010); de outro lado, a visão das autoridades educacionais da Região de Santos, área administrativa que englobava área do Vale de Ribeira. Na primeira visão, os japoneses eram transgressores insubmissos e renitentes, que insistiam em manter o ensino clandestino da língua e da cultura japonesa. Na segunda visão, eram colaboradores que respeitavam as leis da educação e ajudavam na expansão da rede de ensino paulista ao construir e ceder prédios escolares ao governo estadual.

A síntese do prontuário nº 46363, transcrita por Takeuchi (2002) ilustra a perspectiva da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo:

Síntese: Magoiti Kuroki, 17 anos, foi processado, juntamente com outros japoneses pela Delegacia de Polícia de Pompéia (SP), por manter o funcionamento clandestino de escolas japonesas. Rui Tavares Monteiro, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social, relatou ao Delegado Especializado de Ordem Política e Social em 26 de outubro de 1940 que apesar de repressão constante e incansável das autoridades, continuavam as infrações às leis brasileiras que determinavam a proibição do ensino ministrado em língua estrangeira nos cursos de alfabetização. Entre os infratores, os mais persistentes seriam os japoneses. O Delegado considerou que o procedimento desses indivíduos exigia uma punição severa, pois essa atividade seria nociva para a sadia obra de nacionalismo em que estava empenhado o governo brasileiro. Em 5 de novembro de 1940, o inquérito instaurado contra Magoiti Kuroki e outros foi remetido ao Tribunal de Segurança Nacional. (Takeuchi, 2002: 159-160)

O Relatório do Delegado Regional de Ensino de Santos apresenta outro olhar sobre a questão:

[...] Tendo encontrado escolas estrangeiras, fomos aos poucos transformando essas escolas em brasileiras, a tal ponto que, pelo seu fechamento, já eram de verdade simples cursos de língua japonesas funcionando em escolas estaduais. O fechamento, verificado rigorosamente dentro do prazo estabelecido pela lei nacional, se operou de maneira mais suave possível, sem qualquer atrito e, o que mais vale, sem qualquer prejuízo para a população infantil, antes com lucro, do ponto de vista nacional. [...]

A colaboração da colônia japonesa, a despeito do fechamento de suas escolas, continua a ser a mesma, franca e inteligente: ainda este ano, em maio, recebemos excelente prédio de duas salas, no Bairro do Quilombo, em Jacupiranga. (Santos, Delegacia Regional de Ensino, 1939: 74-77)

Para além dessas duas visões: a do o imigrante inassimilável e ameaçador e, a do imigrante dócil, trabalhador e colaborador; a pesquisa parte de uma concepção de História que valoriza a existência de sujeitos históricos concretos, que não se adequam a modelos e tipologias estruturalistas. Acredita-se que a História se realiza na interrelação de múltiplos fatores, no contexto das condições materiais, culturais e temporais. Há um quadro estrutural amplo que indica algumas tendências, mas ele não é imutável e nem caminha em uma única direção. Da mesma forma os sujeitos históricos não são determinados apenas por uma de suas condições pessoais: sua nacionalidade, sua classe social, sua língua, sua crença religiosa, sua profissão, suas condições materiais de vida e produção, etc.

Pretende-se utilizar o enfoque da história cultural que valoriza as experiências humanas, especialmente, as experiências dos homens comuns, que fazem sua escolhas e constroem a história ainda que influenciados por condicionantes sociais, políticas e culturais

diversas. A complexidade das transformações históricas não pode ser reduzida nem a ação individual dos sujeitos, nem ao mecanismo autômato de uma história metafísica.

Considera-se que a escolarização dos imigrantes japoneses e seus descendentes na Colônia de Registro só pode ser compreendida na consideração de conjunturas e fatores diversos. Conjunturas internacionais, nacionais, regionais e até individuais. Fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Parte-se da premissa de que as escolas japonesas da Colônia de Registro foram as escolas possíveis dentro de um contexto muito complexo: o grande choque cultural entre brasileiros e japoneses, a política de construção de identidade nacional pelo Estado Republicano, o contexto mundial de ascensão dos regimes fascistas, um conflito militar de proporções mundiais, a violência do Estado Novo, a pobreza de recursos educacionais disponíveis no Brasil, a situação específica de pessoas que por diferentes motivos deixaram o seu país natal em busca de um sonho e não apenas da sobrevivência.

Acredita-se, portanto, que foi constituída uma escolarização peculiar, que não pode ser classificada como pólo de difusão do imperialismo amarelo, nem como pólo de pura assimilação de uma cultura nacional homogênea. Houve o protagonismo dos imigrantes japoneses nesse processo, bem como a atuação de diferentes atores. Há que se considerar ainda a especificidade da imigração japonesa na região estudada: trata-se da primeira experiência de colonização de japoneses no Brasil. Os imigrantes que vieram para o Vale do Ribeira foram os primeiros que vieram para ser pequenos proprietários da terra no Brasil. Este fator pode ter influenciado nas formas de relacionamento entre os imigrantes e população local.

Na investigação proposta estão sendo utilizadas as seguintes fontes: documentos escritos oficiais (Anuários de Ensino do Estado de São Paulo – 1913 a 1936, Relatórios da Delegacia Regional de Ensino de Santos – 1936 a 1940), fotografias (Álbuns Comemorativos do 20º e do 50º Aniversário da Colônia Japonesa do Vale do Ribeira, acervos particulares das famílias japonesas de Registro, fotografias disponibilizadas nos Anuários de Ensino acima citados), relatos de história oral (Entrevistas semi-estruturadas com pessoas que vivenciaram o processo de escolarização núcleo colonial de Registro¹). A análise das fontes está baseada nas considerações teóricas e metodológicas de Alberti (2005), Kossoy (2001), Leite (2001) Marson (1994), Portelli (1996).

II – A especificidade da imigração japonesa no Vale do Ribeira

A colonização japonesa no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, marcou o início de uma etapa diferenciada da imigração nipônica no Brasil. Trata-se de uma experiência pioneira na qual os japoneses vieram como pequenos proprietários de terras para iniciar um novo empreendimento agrícola e comercial organizado por uma companhia japonesa de capital

¹ Foram entrevistados até o presente momento 10 moradores da cidade de Registro, japoneses e filhos de japoneses, nascidos até 1936, que estudaram em escolas japonesas ou viveram o contexto educacional imediatamente posterior ao fechamento das escolas japonesas em 1938.

misto, o Sindicato de Tóquio, posteriormente transformado na Brasil Takushoku Kaisha (Companhia Colonizadora do Brasil) e, mais tarde, incorporado à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Colonizadora Ultramarina).

Em 1912 o Sindicato de Tóquio assinou um contrato com o Governo do Estado de São Paulo, por meio do qual o governo paulista cedia 50 mil hectares de terras devolutas na região do Vale do Ribeira à companhia japonesa em troca do assentamento de duas mil famílias japonesas, que deveriam se dedicar ao cultivo de arroz. As áreas localizavam-se no município de Iguape e foram organizadas em três núcleos: Jipovura (Colônia de Katsura), Registro e Sete Barras, os quais começaram a ser ocupados pelos japoneses em 1913. Os colonos compravam pequenos lotes de terra de forma financiada e contavam com o apoio da empresa colonizadora: assistência técnica agrícola, atendimento médico, infra-estrutura para beneficiamento e armazenamento da produção, construção de estradas vicinais, etc.. Segundo Petrone (1966), Muller (1980) e Dezem (2008) tal empreendimento, embora não tenha atingido o sucesso esperado, acabou se tornando um modelo para outras colônias criadas a partir da década de 1920 no interior dos estados de São Paulo.

III. A realidade educacional da região no início da colonização

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram à colônia de Iguape a situação educacional da região era muito precária. Se o quadro educacional do Estado de São Paulo já era bastante ruim, a situação do Vale do Ribeira era bem pior. De acordo com o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1913, apenas 43,6 % da população em idade escolar do estado frequentava a escola. Essa porcentagem caía para 19,6 % na região, que na época era composta por três municípios: Iguape, Xiririca e Cananéia.

Não obstante o município de Iguape ter sido contemplado como um dos primeiros Grupos Escolares do Estado de São Paulo, em 1894, a malha escolar da região pouco se expandiu nas primeiras décadas do século XX. Com base nos dados dos Anuários de Ensino do Estado pode-se acompanhar a seguinte evolução de matrículas:

Tabela 1. Evolução das matrículas do ensino primário público nos municípios de Iguape, Xiririca e Cananéia.

Ano	Grupo escolar	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Alunos
1913	1 (8 classes)	0	11	1004
1914	1 (8 classes)	0	10	1197

1915	1(11 classes)	0	9	1562
1917	1 (10 classes)	0	15	Nº não disponível
1918	1 (10 classes)	0	22	Nº não disponível
1919	1 (10 classes)	0	29	Nº não disponível
1920	1 (8 classes)	1 (5 classes)	36	2311
1922	1 (8 classes)	2 (9 classes)	26	1909
1926	1 (14 classes)	4 (16 classes)	40	1760
1936	9 (45 classes)	0	70	5188

Os dados observados na Tabela 1 permitem observar que o número das matrículas do ensino primário público na região começou a crescer a partir dos anos de 1920 e os relatórios da Delegacia de Ensino de Santos indicam que esse crescimento foi decorrente da política de nacionalização de ensino associada à demanda de escolarização dos imigrantes japoneses. O governo precisava eliminar as escolas estrangeiras, mas para tanto deveria oferecer a escola nacional que ainda não existia em quantidade e qualidade suficiente para atender os imigrantes.

(...) Confiada que está, principalmente á escola, a tarefa de nacionalização, nós deveríamos começar por apresentar casas, instalações e alumnos brasileiros em condições de facilitar aquella assimilação. As escolas estrangeiras não nos convêm. Fechar a estrangeira e deixar a nenhuma seria solução desastrada. O que há a fazer, a única coisa que se deve fazer é installar escolas melhores que as estrangeiras. Mas melhores não só nas zonas de immigrants, como em toda parte.
(...)

(...) Tenho procurado fazer das escolas estaduais as melhores escolas possíveis, nas zonas de imigração e fora dellas, devendo-se declarar que as facilidades encontradas nas primeiras têm sido factor preponderante na solução do caso.

(...)

Assim que sejam creados os novos grupos escolares pedidos para a zona de imigração - Campo de Experiência, Taquarussu e Raposa - poderemos dizer que o problema da instrução primária nessa zona está virtualmente resolvido,

Ficaremos então com nove grupos escolares, e, na zona propriamente dita do Registro, não haverá mais escolas isolada estadual. O ensino primário será feito todo em grupos. (São Paulo: Anuário do Ensino de São Paulo.1936: 333-335)

Segundo Shibata (1997) a primeira escola criada pelos japoneses na Região foi a escola da Colônia de Katsura, em 1917. No núcleo de Registro, a primeira escola foi fundada em 1920, no Bairro de Carapiranga, chamado Sanbu, ou bairro 3. Segundo depoimento do Sr. M. Ma. (nissei, nascido em 1921), a construção dessa escola foi decidida pela comunidade que se cotizou para construir o prédio escolar e a moradia para o professor. A escola inicialmente atendeu 87 alunos vindos das 5 cinco seções/bairros do núcleo de Registro. Ao longo da década de 1920 foram sendo criadas as escolas das demais seções/bairros: em 1925, no bairro 1 ou Itibu, o centro da Colônia; em 1927, no bairro 2, Nimbu ou Campo de Experiência; em 1923, no bairro 4, Yonbu ou Taquaruçu; em 1926, no bairro 5, Gobu ou Raposa. Essas escolas logo começaram a funcionar em parceria com o governo estadual. Os prédios eram construídos pela colônia e cedidos para o Governo Estadual. De manhã as escolas funcionavam com professores brasileiros e na parte da tarde, com o professor japonês. No núcleo de Sete Barras uma escola foi criada em 1927.

Além dessas escolas, que ao longo de década de 1930 foram transformadas em Grupos Escolares, houve também pequenas escolas particulares, que não passaram pelo processo de estadualização. Entre elas destaca-se pela peculiaridade a escola do bairro de Manga Larga, que funcionava na Igreja Anglicana, religião para a qual a comunidade nipônica local se converteu no início da década de 1920.

Em 1938, quando o governo federal determinou a extinção das escolas estrangeiras, foram fechadas nove escolas na área dos três núcleos que compunham a de Colônia de Iguape (Jipovura, Registro e Sete Barras). A maioria delas não eram escolas independentes, mas cursos de japonês que funcionavam em escolas já estadualizadas. Conforme se observou anteriormente, o governo estadual paulista adotou uma estratégia de absorver as escolas japonesas à rede estadual de ensino, ampliando a oferta de ensino primário numa região inicialmente carente de escolas.

O núcleo colonial de Registro também contou com outras duas importantes instituições de ensino privado: a Escola do Padre Frederico e a Escola Particular da Sede da Colônia. A primeira era um educandário ligado à Igreja Católica local que foi criada em 1933 com o apoio da colônia japonesa. A segunda era uma escola que ofertava o ensino primário complementar e um curso de práticas agrícolas. A Escola do Padre Frederico, mais tarde denominada Escola São José, funcionou até 1971, e foi muito frequentada pelos filhos das famílias japonesas. A Escola Particular de Sede de Colônia começou a funcionar em 1932 e

foi fechada em 1938. Até o presente momento dessa pesquisa encontramos poucas informações sobre essa última escola.

Observa-se, portanto, que ao longo dos anos de 1920/1930 foram sendo criadas, na região, diferentes tipos de escola: escolas primárias particulares, escolas primárias mantidas por meio de parcerias entre o governo estadual e a comunidade japonesa, escolas primárias estaduais, escolas primárias confessionais, escola agrícola particular, etc.. Não se pode generalizar, na região, a existência de um modelo de escola japonesa que predominasse e que representasse o “perigo amarelo”. Não obstante a isso, várias escolas e cursos de japonês foram fechados em 1938. A comunidade de origem japonesa teve que se adaptar às escolas públicas estaduais ou à escola católica.

IV – A escolarização dos imigrantes japonesas entre 1913 e 1938

Conforme os dados levantados nas diferentes fontes, a primeira escola do Núcleo de Registro foi a escola do bairro Carapiranga, bairro três ou Sambu. Segundo o Sr. M. Ma (nissei², nascido em 1921), a escola foi construída pelos colonos. Cada família doou 15 mil réis para a construção da escola e da casa para o professor. Ao todo houve um investimento de 3 contos e 100 mil réis. A escola começou a funcionar em primeiro de abril de 1920, atendendo 87 alunos dos diferentes bairros de Registro. De início havia apenas aulas de japonês. O professor era o Sr. Jissuke Otsubo, que era professor formado no Japão.

De acordo com o Álbum Comemorativo do 20º Aniversário da Colônia Japonesa de Iguape³, a escola do bairro Carapiranga foi reconhecida em 1921. Em 1929, foi elevada à categoria de Escola Reunida e, em 1932, foi transformada em Grupo Escolar. No ano da edição do Álbum (1932 ou 1933) a escola tinha 160 alunos no ensino de língua portuguesa (currículo das escolas brasileiras) e 55 alunos, maiores de 10 anos, que estavam no ensino de língua japonesa. Tal informação indica que a escola seguia o Decreto Estadual nº 2.944/1918 que determinava que o ensino de línguas estrangeiras só era permitido para crianças com 10 ou mais anos de idade e que já fossem alfabetizadas em português.

² Nas comunidades de imigrantes japoneses utiliza-se a expressão “nissei” para designar a segunda geração de imigrantes, os filhos de japoneses. Para a 3ª geração utiliza-se a expressão sansei. Para os imigrantes que vieram para o Brasil crianças e que viveram a imigração em situação muito semelhante as dos nisseis, usa-se a expressão jun-nissei)

³ O referido Álbum tem apresentação e legendas majoritariamente escritas em japonês. A pesquisadora agradece a contribuição dos professores da Escola de Língua Japonesa da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro, Sra. Tizuko Yoshida e Sr. Kazuoki Fukuzawa, pela tradução das legendas que se referem às escolas da colônia

Na página do Álbum dedicada à escola, são apresentadas 4 fotografias. Na primeira pode-se ver a imagem geral da escola tendo a frente o conjunto de seus alunos organizados em 3 fileiras. Observa-se que a escola ocupa dois prédios relativamente amplos. Imagina-se que em cada um deles possa ter duas salas de aula amplas e bem arejadas – há grandes janelas em todas as paredes visíveis. A entrada do prédio frontal apresenta um Guenkan – elemento típico da arquitetura japonesa, varanda ou vestíbulo de entrada, onde se costuma deixar os sapatos para adentrar ao prédio. Nos documentos da Secretaria de Educação, o prédio da escola do Bairro Carapiranga é sempre apresentado como um dos melhores da região.

Na 2ª fotografia pode-se ver um conjunto de alunos agrupados em uma área externa – ao fundo uma grande mata – segurando as bandeiras do Estado de São Paulo e do Brasil. Na legenda indica-se que se trata da comemoração da Festa das Árvores, realizada anualmente no final do mês de setembro. A data é marcada com o plantio de árvores.

Na 3ª fotografia observa-se uma cena na qual um grupo de senhores bem trajados são recebidos na frente da escola pela professora e seus alunos. Na legenda encontra-se a informação de que a escola está recebendo a visita do Ministro do Trabalho, Sr. Lindolfo Collor. Um aluno, que aparece de costas no primeiro plano da foto, estava fazendo um discurso ao Ministro.

A 4ª fotografia é a do Professor Jissuke Otsubo.

As fotos, portanto, ilustram uma realidade escolar aparentemente semelhante à de outra escola estadual daquele período. A presença das bandeiras nacional e paulista atestam importância que as escolas oficiais davam aos símbolos nacionais, os quais eram importantes elementos para se desenvolver os ideais de civismo e patriotismo. A visita de uma autoridade do governo federal é valorizada pela comunidade que escolheu aquele acontecimento para ser perpetuado no Álbum da Colônia. O mais interessante dessa foto é que a presença do ministro Collor na localidade não é um evento que foi marcado na tradição do município, não é um fato que aparece nos relatos sobre a história local. Talvez porque esse ministro não tenha se perpetuado muito tempo no poder.

De qualquer forma, há que se considerar que o Álbum Comemorativo enquanto registro da presença japonesa no Brasil, num contexto de crescente nacionalismo e xenofobia, tinha o interesse de mostrar a integração dos japoneses na sociedade brasileira. Portanto é de se esperar que a escola apresente os elementos que demonstrem essa integração. Nesse sentido, observa-se também que o Prof. Otsubo é retratado com roupas ocidentais, terno, gravata e chapéu. A professora que aparece na foto é brasileira. Somente o detalhe arquitetônico do prédio escolar – o Guenkan - e as feições orientais do professor e dos alunos, denunciam que se trata de uma escola que atende alunos de origem japonesa.

Entretanto, em outras fotos, podemos identificar símbolos japoneses. A bandeira do Japão aparece cruzada com a bandeira brasileira, ao fundo de uma foto da Escola da Colônia de Katsura. Na escola particular pelo Sr. Tanaka Masakatsu, aparece somente a bandeira do Japão.

Nos relatos dos antigos alunos constata-se que alguns símbolos da cultura japonesa também eram cultivados nas escolas.

A Sra. M. Mi (jun-nissei, nascida em 1915), que primeiro teve aulas particulares com o Prof. Otsubo e depois foi aluna da escola isolada do Bairro Campo de Experiência, lembra que na escola de ensino japonês os alunos tinham que recitar o “Kyoiku Chokugo”, o Reescrito Imperial da Educação, um documento que explicitava os princípios e valores da educação japonesa, elaborado em 1890, e que era lido diariamente nas escolas japonesas, desde essa data até os anos 1940, fim da Segunda Guerra Mundial.

Shibata (1997), pesquisadora que estudou o funcionamento das escolas japonesas criadas no interior do estado de São Paulo, fala do teor desse documento:

Dois aspectos chamam a atenção da leitura do Reescrito: o primeiro deles, derivado do shintoísmo, compreende uma interpretação absolutista da posição imperial no Estado, fundado na idéia de ancestralidade divina e na perpetuidade da linha dos imperadores e o segundo comporta uma visão confuciana de comportamento pessoal digno inspirado nas virtudes da lealdade, honestidade, benevolência e devoção filial. Porém, conforme assinala Beasley (1995), o pensamento confuciano vem modificado pela afirmação da fealdade colocada acima da devoção filial. Denota-se aí o caráter político da mensagem do Reescrito. A lealdade mais que a devoção filial serviria aos objetivos do Estado japonês. (...). (Shibata, 1997: 39-40)

Sra. M. Mi. também confirma que nas aulas do currículo japonês se aprendia sobre a história e a geografia do Japão. Confirmou também que os livros usados na escola vinham do Japão.

Quanto à questão do currículo brasileiro, a Sra. M. Mi. afirmou que teve muita dificuldade, pois nascida no Japão e vivendo a primeira infância em núcleos rurais habitados somente por japoneses, não aprendeu a língua portuguesa. Embora frequentasse as aulas com a professora brasileira, pouco compreendia as matérias ensinadas. Porém, um episódio marcou seu aprendizado da história do Brasil. Transcreve-se abaixo um trecho da entrevista

da Sra. M. Mi., que teve que ser realizada com o apoio de interpretes, o Sr. Kuniei Kaneko⁴, e Sr. P. Mi., filho da entrevistada:

SO⁵ – E ela aprendeu um pouquinho de Português com a professora...

P. Mi. – Ninfa... (Ninfa era o nome da professora brasileira)

SO – E ela achou difícil o português?

KK pergunta.

KK – Não sabia nem letra, então era difícil, porque a letra era diferente

A sra. M Mi fala em japonês e identifiquei a palavra Tiradentes pronunciada junto com um gesto

P. Mi., rindo – Tiradentes quando foi enforcado. História do Brasil.

KK rindo – Fez gesto... Tiradentes... Enforcado. Não entendeu nada e então a professora fez gesto (de enforcamento). Então guardou o nome de Tiradentes.

P. Mi. – Naquele tempo se aprendia história do Brasil.

A Sra. Y. O., (jun-nissei, nascida em 1926), veio para o Brasil em 1933 e estudou por três anos no bairro Quilombo no núcleo de Sete Barras. Também tinha aulas do currículo brasileiro no período da manhã e do currículo japonês à tarde. Da mesma forma que a sra. M. Mi, contou que não entendia nada o que a professora brasileira falava em suas aulas. Segue-se alguns trechos da entrevista com a Sra. Y. O.:

YO – E depois que veio do Japão, um ano, a gente começou a ir (para a escola)... Japonês e Português... Mas é que tudo japonês, só falava japonês e a professora... não tinha nem jeito de ... (rindo)

SO – De começar a ensinar?

YO – Professora até queria aprender japonês. Aluno era tudo japonês

SO – Mas a senhora lembra o nome do professor de japonês?

⁴ O Sr. Kuniei Kaneko é presidente da Associação Cultural Nipo- Brasileira de Registro, pessoa responsável pela maioria dos contatos desta pesquisadora com os entrevistados. Sua colaboração foi muito importante para a realização desta pesquisa.

⁵ A legenda SO, refere-se à pesquisadora Selma Omuro; KK, ao Sr. Kuniei Kaneko.

YO – De japonês lembro, de português, não lembro. Japonês era Matsumura.

(...)

SO – Acho que eu tenho uma foto dessa escola... Que é do Álbum (do 20º Aniversário da Colônia)... E a senhora lembra do que aprendia na escola japonesa? Além de ler e escrever, aprendia coisas do Japão?

YO – Ah! Ele ensinava a cantar, dançar.

SO – Em japonês?

YO – Em japonês.

SO – Dizem que tinha um juramento que as crianças faziam sobre a educação, a senhora lembra?

Silêncio. (Y.O. parece desconhecer o Kyoiki Chokugo)

YO – Ele fez música daqui do Rio Ribeira.

(...)

SO – Não lembra... Mas ele ensinava dança...

YO – Cantar, música...

SO – Com que instrumento? Tinha instrumento?

YO – Tinha: bandolim, violão.

SO – Aquele lá... Com é que o nome daquele instrumento lá - aponte para o acervo do museu, onde há um instrumento de corda japonês - Eu sabia o nome... Deixa eu ver se está escrito lá

YO – Shamisen.

SO – É. Shamisen.

YO - Shamisen, não. Tinha violão.

SO – Violão mesmo, brasileiro... Então, na escola, a senhora aprendeu mais o japonês.

YO – Só japonês. A professora ia... Não tinha nem jeito... Professora que precisava aprender japonês porque não entendia... A criançada não...

SO – E vocês dançavam? Tinham aquelas festas?

YO – Sim. Tinha. Uma vez por ano tinha Festa: Correr, puxar corda e... tinha uma porção (de atividades).

SO – Undokai?

YO – É. Undokai.

SO – E tinha também... Dizem que as escolas que faziam comemoração no aniversário do Imperador.

YO – Sim. Sim. Faziam.

Nestes trechos da entrevista percebe-se que a cultura japonesa era reforçada na escola: a língua japonesa, as músicas, as danças, o undokai⁶, a comemoração do aniversário do Imperador. Porém, a influência da cultura local também se faz presente. O professor japonês fez uma música para o Rio Ribeira de Iguape e, na ausência de instrumentos musicais japoneses, as crianças dançavam ao som de violões e bandolins. Também é importante lembrar que a Sra. Y.O. não se lembrou do Kyoiki Chokugo.

O Sr. M. Ma. (nissei, nascido em 1921), também estudou na escola isolada do Campo de Experiência, entre 1931 e 1934. Em seu depoimento afirma que na escola teve aulas com as professoras brasileiras Ninfa Grossi e Maria Ester Muniz Ikegami, e com o professor japonês Hissashi Yokoya. Nas aulas do currículo japonês, se estudava história e geografia do Japão. Os livros vinham do Japão. O Sr. M. Ma. trouxe algumas fotos da escola, e numa delas os três professores citados aparecem na frente da escola junto com os alunos. A maioria das crianças é japonesa ou descendente de japoneses. Mas o Sr. M. Ma. afirma que se dava bem com todos os alunos, mesmo os que não tinham origem nipônica. Também se lembra com carinho das professoras brasileiras. Diz que até hoje tem contato com os filhos e netos da professoras. O Sr. M. Ma. parece que não teve problemas em estudar a língua portuguesa, além de ter nascido no Brasil, morava no Bairro do Campo de Experiência que era mais próximo da sede da colônia e, por isso, tinha mais contato com os brasileiros. A sra. M. Mi. e a Sra. Y.O., além de terem nascido no Japão, moravam em bairros mais distantes e por isso tiveram dificuldades maiores para aprender português.

Outro aspecto importante do depoimento do Sr. M. Ma. refere-se à existência de comemorações cívicas na escola. Comemorava-se tanto o aniversário do Imperador japonês como também a independência do Brasil.

No Álbum do 20º Aniversário da Colônia Japonesa de Iguape, a escola do Campo de Experiência merece uma página inteira com 3 fotos. Em uma delas pode-se ver a tradicional

⁶ Gincanas típicas nas festividades das comunidades japonesas.

imagem dos alunos uniformizados dispostos em frente à escola, alguns sentados outros em pé. Atrás dos alunos há um grupo de adultos, certamente alguns professores, mas também outras pessoas de comunidade ou convidados. Percebe-se que é um dia festivo. Das pilastras da varanda que se estende por toda a frente do prédio escolar, saem os mastros onde se encontram hasteadas as Bandeiras do Brasil e do Japão. Na legenda da fotografia apresentam-se dados sobre o funcionamento da escola: inaugurada em 1926, foi reconhecida pelo governo estadual em 1928. Na data da edição do Álbum, a escola tinha 66 alunos matriculados no currículo nacional e 45, no currículo japonês.

As outras duas fotos apresentam os alunos em atividades culturais. De acordo com a legenda a escola está comemorando o “Dia de Independência”, mas as atividades não se relacionam com esse tema. Em uma das fotos um grupo de meninas com uniforme escolar (Saia pregueada escura e camisa branca) e tiaras na cabeça, dançam segurando ramos de flor. A legenda informa que as alunas dançam a tradicional canção japonesa “Sakurá” – que fala sobre a flor da cerejeira. Versos da canção são transcritos abaixo da legenda. Em outro fotograma observam-se alunos que parecem representar uma peça de teatro. A legenda indica que se trata de uma encenação da peça Rei Lear, de Shakespeare. Ao lado estão transcritos alguns diálogos da peça. A escola não tinha um espaço adequado para essas apresentações. Por outras fotos vê-se que o prédio consta de duas salas de aula que dão para uma varanda coberta. Nesta varanda parece que foi montado um pequeno tablado de madeira, mas ao fundo foi colocado um painel, talvez de tecido, onde se desenhou um cenário de uma paisagem montanhosa, folhas de palmeiras são usadas para enfeitar mais o ambiente. O cenário, a decoração e as vestimentas dos alunos são simples, mas percebe-se esforço de se representar o espaço de ação e a caracterização dos personagens.

Tais imagens e depoimentos ilustram a preocupação da escola em ampliar o horizonte cultural dos alunos, não apenas preservar a cultura japonesa, mas também divulgar a cultura universal. É claro que se trata de fragmentos do trabalho escolar, mas indicam que não se pode afirmar que nestas escolas mistas - meio japonesas e meio brasileiras – e que atendiam majoritariamente a colônia japonesa estivessem a serviço do imperialismo japonês ou do nacionalismo xenófobo brasileiro.

Percebe-se que múltiplas influências interferiam nesse processo. As leis brasileiras determinam a obrigatoriedade do currículo nacional e proíbem o ensino de japonês para as crianças menores de 10 anos, mas as crianças se comunicavam em suas casas na língua do Japão. Nas comunidades mais isoladas o desconhecimento da língua portuguesa impedia o ensino nacional se realizasse. Entretanto, a criatividade e a expressividade de uma professora podia transpor a barreira da língua. As músicas japonesas eram tocadas por instrumentos brasileiros e o que é folclore nacional como a música Sakurá não pode ser reduzido a um hino patriótico. Também é a expressão do sentimento humano de se encantar com a beleza de uma flor, algo tão universal quanto os conflitos de poder expressos nas obras de Shakespeare.

Por outro lado, não se pode negar a força das ideologias nacionalistas - tanto a japonesa, quanto a brasileira - que tentavam inculcar valores patrióticos por meio dos conteúdos escolares, dos rituais das festas cívicas e dos símbolos da nação, conforme denuncia Bittencourt (1990). Porém, nesta pesquisa, considera-se que as ideologias não são totalmente incorporadas pelos indivíduos. Felizmente, as pessoas desenvolvem formas próprias de apropriação e interpretação dos conhecimentos transmitidos pela cultura dominante. Para cada estratégia de ataque, há táticas de defesa, conforme a visão de Certeau (2012). No atual estágio dessa pesquisa observam-se indícios de que as crianças que freqüentaram essas escolas fizeram suas próprias interpretações da realidade em que viveram. Realidade que se tornou extremamente sofrida nos em que a Segunda Guerra Mundial explodiu e o ensino japonês foi radicalmente abolido. São aspectos que se pretende desenvolver na continuidade desse trabalho.

V - Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. 2005. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, p. 155-202

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs.) *Imigrantes japoneses no Brasil, Trajetórias, imaginários e memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. (vol 1 e 2). Petrópolis: Vozes, 2012

DEZEM, Ricardo. “Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos *Ijüchi* de colonização japonesa em São Paulo”. In: Hashimoto, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (orgs.). *Cem anos de imigração japonesa: História Memória e Arte*. 2008, São Paulo: EditoraUnesp, p.151-166

KOSSOY, Boris. 2001. “Fundamentos teóricos” e “Iconologia: Caminhos da Interpretação” In: *Fotografia & História*, Ateliê Editorial, p. 33-50 e 97-99

LEITE, Miriam Moreira. 2001. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o procedimento histórico” In: SILVA, Marcos (org.). 1994. *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 37-64

MULLER, Geraldo. 1980. *Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional*. Petrópolis: Vozes

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol 1, nº 2, 1996, p. 59-72

PETRONE, Pasquale. 1966. *A baixada do Ribeira: estudos de geografia humana*. São Paulo: FFCL-USP. Boletim nº 283/ Geografia nº 14

SHIBATA, Hiromi. *As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica*. Doutorado em Educação. São Paulo: USP, 1997.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou o perigo amarelo no Brasil*, Londrina: Eduel, 2010

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de Guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado (Inventário Deops, Módulo III: japoneses)

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: Imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008)

VI – Fontes impressas

ANUARIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Referentes aos anos de 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1922, 1926, 1936

RELATÓRIO ANUAL DA DELEGACIA DE ENSINO DE SANTOS. Referentes aos anos de 1936, 1937, 1938, 1939, 1941 e 1943

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 20º ANIVERSÁRIO DA COLÔNIA DE IGUAPE, 1933